



MAGNO MALTA diz que já está em negociação com o governo federal

Doze anos para acabar com o Fundap

Prefeitos da Grande Vitória defendem prazo maior para reduzir alíquota do ICMS. Objetivo é criar formas de compensar perdas

Raphaela Ribas

Os prefeitos da Grande Vitória querem que seja dado um prazo de pelo menos 12 anos aos municípios antes que as receitas do Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias (Fundap) sejam extintas.

A proposta do governo federal é reduzir a alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que vai para o fundo, de 12% para 2% até 2014.

Mas o governo estadual propõe que haja uma redução progressiva de 12% para 6% em 12 anos.

A principal justificativa é dar um prazo maior para que o Estado e os municípios possam investir na infraestrutura, e assim ocupar um patamar de competitividade com os outros estados.

O Espírito Santo divide entre os 78 municípios 25% do total arrecadado com o imposto. A estimativa

é de arrecadar R\$ 7,4 bilhões no próximo ano, o que significa a previsão de repasse de R\$ 1,86 bilhão às 78 prefeituras.

Os municípios que vão receber os maiores repasses de ICMS são Vitória, com 21,64%; Serra, com 13,65%; Vila Velha, 6,66%; e Anchieta, com 4,64%. Esse dinheiro é destinado para saúde, educação e investimentos.

O prefeito da Serra, Sérgio Vidigal, acredita que 12 anos seriam suficientes para se preparar e buscar uma compensação, como a atração de investimentos.

“O pleito do Estado é justo para que se possa construir outras alternativas”, concordou o prefeito de Vila Velha, Neucimar Fraga.

O prefeito de Vitória, João Coser, foi procurado, mas não retornou até o fechamento da edição.

O senador Ricardo Ferraço (PMDB) defende a proposta de transição para a redução da alíquota do ICMS de 12% para 7% em 10 anos. “Precisamos de mais tempo para investir na infraestrutura que o governo federal não fez, como as obras do aeroporto.”

O senador Magno Malta afirmou estar em conversa sobre a defesa do Fundap junto à Presidente, Dilma Rousseff, e o ministro da Casa Civil, Antonio Palocci.